

PRESS RELEASE

“ALIANÇA PELA PREVENÇÃO”

Causa comum em prol de uma infância protegida e pelo fim da violência contra crianças e jovens une organizações da sociedade civil em apelo ao Governo e ao Estado Português

UNICEF Portugal, Aldeias de Crianças SOS, APAV, Instituto de Apoio à Criança e ProChild CoLAB agregam esforços e vontades para mobilizarem o Governo e o Estado Português a adotarem medidas para uma nova geração de políticas de prevenção, cuidado e proteção de crianças e jovens

Lisboa, 1 de julho de 2025 – A **Aliança pela Prevenção**, iniciativa da **UNICEF Portugal** em colaboração com a **Aldeias de Crianças SOS**, a **Associação de Apoio à Vítima (APAV)**, o **Instituto de Apoio à Criança**, o **ProChild CoLAB**, apresentou esta manhã, na sede da UNICEF Portugal, a **Aliança pela Prevenção**, um documento dirigido ao Governo que apela à **adoção urgente de medidas estruturais para a prevenção e combate à violência contra crianças em Portugal**. Estiveram também presentes representantes da **Polícia Judiciária**, da **Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens**, da **Casa Pia de Lisboa**, da **Garantia para Infância** e da **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**.

A **Aliança pela Prevenção defende a adoção de medidas concretas** assentes numa **coordenação intersetorial efetiva entre ministérios e serviços públicos**, e que estejam baseadas num **quadro normativo coerente que importa criar com urgência, e que esteja centrado nos Direitos da Criança**.

As partes integrantes destacam assim a importância de adotar uma **abordagem de saúde pública centrada na prevenção da violência**, e apelam à recolha e monitorização contínua de dados fiáveis e desagregados, de modo a permitir que as políticas públicas deixem de ser reativas e passem a ser estratégicas, informadas e orientadas por evidência comprovável e indiscutível, por dados fidedignos e inquestionáveis.

Beatriz Imperatori, diretora executiva da UNICEF Portugal, afirma que *“Portugal precisa de uma mudança estrutural e audaz na forma como previne e combate a violência contra a criança. Precisamos de uma transformação real, de um compromisso político firme com apoio transversal, com alocação de recursos e de uma atuação coordenada de todos os setores do Estado: da saúde à educação, da justiça à segurança social, do desporto ao ambiente. Proteger as crianças é uma obrigação coletiva, em todas as dimensões setoriais da nossa vida em sociedade, e é algo de essencial para o futuro do país. Sem cuidar das crianças e dos seus direitos não teremos futuro como país nem teremos um país de futuro”*.

Carmen Rasquete, diretora executiva da Associação de Apoio à Vítima (APAV), explica que *“a prevenção não pode ser feita ‘avulso’, sem coordenação, nem com intervenções fragmentadas. A ideia de que ‘fazer alguma coisa é melhor do que nada’ não*

só é errada, como é profundamente perigosa; as crianças não podem ser vítimas de uma atuação desarticulada, e a intervenção não se trata de culpabilizar, mas de capacitar e apoiar. Precisamos, em conjunto, de desconstruir a ideia de que 'sempre foi assim', porque procurar ajuda não é fraqueza, cada gesto de cuidado constrói uma sociedade mais justa, a história julgará as escolhas que fazemos hoje, em que todos temos um papel, para construirmos espaços onde a violência não tenha lugar e a intolerância à violência seja uma realidade”.

*“Os maus-tratos infantis revelam-se uma problemática dos tempos, do hoje e do que está para vir, com inegável impacto na constituição de sociedades humanas, que precisa de ser prevenido de forma sistémica, estratégica e, acima de tudo, política”, refere **Guida Mendes Bernardo, diretora-geral da Aldeias de Crianças SOS**. “Na realidade do nosso país, urge a centralização da criança nas tomadas de decisão e a revisão do atual Sistema de Promoção e Proteção para um real, especializado e sistematizado investimento nas respostas de fortalecimento às famílias em situação de vulnerabilidade. Só este investimento permitirá quer a diminuição dos fatores de risco, quer a transformação de dinâmicas relacionais e modelos de cuidado que podem causar dano à criança”, conclui.*

*“O trabalho feito em Portugal desde há muitos anos, permitiu que hoje não estejamos pior. Há, no entanto, muito trabalho a fazer, trabalho que só conseguiremos fazer em conjunto. A Aliança pela Prevenção é uma proposta de perspetiva sistémica: temos de trabalhar ‘com’ e não ‘contra’, trabalhar uns com os outros, sem nunca esquecer o trabalho que já foi feito, e que nós, como Aliança, vamos melhorar”, reforça **Manuel Ataíde Coutinho, presidente da direção do Instituto de Apoio à Criança (IAC)**. “Temos de prevenir rapidamente todas as situações que estão a prejudicar a vida das crianças. Em conjunto, queremos trabalhar para que tema ‘criança’ esteja na ordem do dia. Exemplo disso é seguir ativamente consultas de acompanhamento familiar com crianças e as suas famílias”, sublinha.*

Paula Oliveira, coordenadora do Eixo de Proteção da ProChild CoLAB refere que, *“enquanto organização dedicada à ciência e à infância, o ProChild CoLAB junta-se à Aliança pela Prevenção da violência para promover uma resposta nacional robusta, coordenada, e baseada na evidência. Privilegiar uma ação preventiva e uma proteção eficaz é essencial para melhorar as oportunidades de desenvolvimento integral e inclusão social de todas as crianças”.*

Reconhecendo que o desenvolvimento infantil está intrinsecamente ligado ao contexto familiar, a **Aliança pela Prevenção** reforça ainda a necessidade de investir em programas de apoio à parentalidade. As cinco entidades defendem também a criação de ambientes educativos seguros, inclusivos e saudáveis do ponto de vista emocional. A escola deve ser um espaço onde todas as crianças se sintam protegidas, respeitadas e apoiadas, colocando o seu bem-estar no centro da ação educativa.

Nesse sentido, a **proposta da Aliança pela Prevenção** assenta na implementação de um novo paradigma de **tolerância zero à violência infantil**, baseado em dados científicos, ação intersectorial coordenada e investimento sustentado. Representa um **apelo direto ao novo Governo para que assuma, de forma inequívoca, um compromisso político e orçamental com a infância, uma revisão séria e consequente do quadro legal e normativo, colocando os Direitos da Criança no centro das decisões públicas.**

Dados de 2024 e 2025 mostram que:

- **Mais de 1,3 milhões de pessoas em Portugal** afirmam ter sofrido abuso emocional ou físico durante a infância¹;
- Em 2024, **uma em cada três vítimas** de violência doméstica tinha **menos de 16 anos (10.430 crianças)**²;
- No mesmo ano foram registados **1.041 crimes de abuso sexual de crianças**, o que representa um **aumento de 7% face a 2023**³;
- **Dois em cada três jovens** relataram ter vivido, pelo menos, uma forma de vitimação nas suas relações de namoro (**2.978 casos**)⁴;
- Estima-se que os **custos da violência contra crianças possam representar até 8% do PIB mundial**⁵.

A **violência infantil tem um impacto profundo e duradouro nas vítimas**. Além das consequências individuais, como **perturbações de saúde mental, desenvolvimento emocional e autoestima**, estes **traumas perpetuam ciclos intergeracionais de violência**. É, por isso, uma falha coletiva que pode e deve ser prevenida.

Assim, a **Aliança pela Prevenção** vem reforçar a ideia de que **“proteger a infância exige mais do que palavras: requer ação política consistente, financiamento adequado e vontade de transformar estruturas**. As evidências estão à vista, as soluções são conhecidas e o momento de agir é agora. Investir na proteção das crianças é investir no futuro de Portugal”.

“É por tudo isto que a Aliança que hoje apresentamos, convida todas as entidades públicas e privadas, incluindo as que estiveram aqui presentes - e que têm as maiores responsabilidades sobre a proteção das crianças a nível nacional, como a Polícia Judiciária, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, a Casa Pia de Lisboa, a Garantia para Infância e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - para uma reunião de trabalho para desenvolver uma agenda própria e operacional, adequada à realidade do país, que apresentaremos ao Governo, à Assembleia da República e à Sociedade Civil”, conclui Beatriz Imperatori.

Para informações adicionais ou pedido de entrevistas, contacte:

UNICEF PORTUGAL

Catarina da Ponte | 918 452 898 | crponte@unicef.pt
Vera Lança | 915 072 304 | vlanca@unicef.pt

ALL COMUNICAÇÃO

Carla Grou | 917 825 479 | carla.grou@allcomunicacao.pt
Sarah Nordin | 912 134 369 | sarah.nordin@allcomunicacao.pt

¹ INE (2024). “Violência na infância (até aos 15 anos).”

² Sistema de Segurança Interna (2025). [Relatório Anual de Segurança Interna 2024](#)

³ Direção-Geral da Política de Justiça (n.d.). [Criminalidade e justiça penal](#). Ministério da Justiça

⁴ Magalhães, M. J. (Coord.) (2025). Violência no namoro em Portugal: Vitimação e conceções juvenis – 2025. UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

⁵ UNICEF, Office of the Special Representative on Violence against Children, World Vision International, ChildFund Alliance, Plan International, Save the Children International (2022). The Violence Prevention Dividend – Why Preventing Violence Against Children Makes Economic Sense

Acerca da UNICEF

A UNICEF trabalha em alguns dos lugares mais difíceis do mundo para chegar às crianças mais desfavorecidas. Presentes em 190 países e territórios, trabalhamos para todas as crianças, em qualquer parte, para construirmos um mundo melhor para todos.

A UNICEF depende inteiramente de contribuições voluntárias, públicas e privadas.

Para saber mais sobre a UNICEF e o seu trabalho para as crianças, visite: www.unicef.pt